



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH/SR/PF/MS

### MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

MESP- POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO DO SUL

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº X/2018 -

UASG 200354

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA)

(Processo Administrativo nº 08335.005282/2018-07)

## 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços continuados, sem dedicação de mão de obra exclusiva, de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de mobiliário em geral, cargas, documentos, bagagem, veículos e demais objetos de propriedade ou de interesse da Polícia Federal, em caminhão fechado tipo baú, abrangendo todo o território nacional, para atender às necessidades da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, e demais unidades descentralizadas, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento.

1.2. Estimativas de necessidades individualizadas do Órgão.

Não será divulgada Intenção de Registro de Preços por motivos de capacidade gerencial desta UG, justificado pelo número reduzido de servidores nesta Superintendência Regional. (§ 1º, Art. 4º, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013).

Item	Distância	Valor unitário do M³ transportado	Unidade	Quantidade de m³ transportados *	Total por faixa de distância (R\$)
1	até 500 Km	198,00	M³	23	4.554,00
	de 501 até 1000Km	328,00		29	9512,00
	de 1001 até 1500 Km	486,00		32	15552,00
	de 1501 até 2000 Km	603,00		12	7236,00
	de 2001 até 3000 Km	716,00		65	46540,00
	acima de 3001 Km	820,00		12	9840,00

\* Média considerada do período de 2014 a 2018.

1.3. Em consideração ao valor estimado desta contratação, ao limite imposto no Art. 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e ao disposto na Orientação Normativa/AGU nº 47, de 25 de abril de 2014, neste certame não será concedido exclusividade de participação para microempresas e empresas de pequeno porte.

## 2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que o contrato 03/2018 firmado pela Superintendência da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul tem prazo de vigência até 31/01/2019;

2.2. Considerando que o saldo do contrato atual é insuficiente para possíveis remoções de servidores no exercício de 2018;

2.3. Considerando que o contrato em referência não pode ser aditado;

2.4. Considerando que a Superintendência da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul não dispõe de transporte e quadro de pessoal especializado para o referido serviço, tendo a necessidade de terceirizar o mesmo;

2.5. Considerando que a execução deste serviço supre às necessidades da Polícia Federal para a remoção de servidores, atendendo às demandas de várias Unidades da Federação, providenciando o transporte do mobiliário, veículos, bagagem e bens pessoais, inclusive de seus dependentes, quando da mudança de lotação deste(s), nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e do Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001;

2.6. Justifica-se a contratação constante deste Termo de Referência.

### 3. DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. A adoção do sistema de registro de preços justifica-se pelo enquadramento deste certame nos termos do Art. 3º, Incisos I, II e IV do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, tendo em vista a necessidade de contratação frequente, no decorrer do exercício financeiro, conveniência da contratação de serviços remunerados por unidade de medida e impossibilidade da definição prévia do quantitativo exato a ser demandado pela Administração.
- 3.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 3.3. Será admitida a utilização da ata de registro de preços por Órgão ou Entidades não participantes.
- 3.3.1. Para o subitem acima será adotado o quantitativo máximo previsto no § 4º do Art. 22º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

### 4. DO AGRUPAMENTO

- 4.1. Justifica-se o agrupamento dos itens deste Termo de Referência, posto que não seja economicamente vantajosa para a Administração, tampouco viável operacionalmente, a contratação de várias empresas para o mesmo objeto. Parcelar o objeto, diferenciando apenas pela faixa de quilometragem do serviço a ser prestado, poderia gerar uma contratação para cada uma destas faixas, o que implicaria apenas em aumento de despesas na gestão dos contratos.

### 5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.
- 5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do Órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
- 6.1.1. O serviço destina-se ao transporte de mobiliário em geral, cargas, documentos, bagagem, veículos e demais objetos de interesse da Polícia Federal, abrangendo todo território nacional (local de origem e destino).
- 6.1.2. O transporte deverá ser efetuado no sistema direto e exclusivo (porta-a-porta), com o acompanhamento de, no mínimo, dois (2) empregados da Contratada, devidamente identificados.
- 6.1.3. Na execução do serviço deverá ser utilizado caminhão fechado do tipo baú, com identificação visível da Contratada.
- 6.1.4. Quando do transporte de cargas específicas (como, por exemplo, para veículos), poderão ser utilizados outros meios de transporte específicos, mais eficientes e seguros.
- 6.2. Alternativamente, caso seja de interesse da Contratada e desde que aprovado pelo fiscal do contrato, o transporte poderá ser realizado por modo fluvial e/ou aéreo, sendo que, neste caso, a bagagem poderá ser retirada da casa do servidor, em caixas, por caminhão baú, utilitário ou van e colocada em recipiente especial tipo *airvan*, no depósito da Contratada.
- 6.2.1. Caso a Contratada opte pelo modo fluvial e/ou aéreo, não terá direito a pleitear nenhum valor adicional, a nenhum título, da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul.
- 6.3. A Contratante solicitará o serviço através de formulário fornecido pela Contratada, e-mail ou outro meio mais eficiente acordado pelas partes. Somente os servidores previamente designados e informados à Contratada terão poderes para efetuar as requisições.
- 6.3.1. A solicitação de serviço informará a quantidade de metros cúbicos custeados pela Contratante, tipo de material a serem transportados, os horários disponíveis ou mais convenientes para execução do serviço e endereços de retirada e entrega de bens, além de outras informações julgadas necessárias.
- 6.4. A Contratada deverá embalar/acondicionar os bens de maneira apropriada para o transporte adequado e seguro, observando sua fragilidade, principalmente quando louças, cristais, porcelanas e demais objetos frágeis, empregando todo material necessário, tais como papel de seda, plástico bolha, caixa de papelão, papelão ondulado, saco plástico, isopor, fita adesiva, engradado de madeira, etiqueta etc., inclusive desmontando móveis, prateleiras ou quaisquer outros afins, quando necessário.
- 6.4.1. No item 7 deste Termo de Referência encontram-se as formas de acondicionamento e o tipo de embalagem recomendados por item de mudança.
- 6.4.2. Quando da entrega dos bens, no local de destino, a Contratada deverá remontar os móveis, prateleiras ou quaisquer outros que foram desmontados quando da retirada no local de origem.
- 6.4.3. Caso seja dispensado o serviço de desmontar/montar móveis ou de embalar os bens para transporte, a Contratada ainda assim irá fornecer os materiais necessários para o devido acondicionamento (papel de seda, plástico bolha, caixa de papelão, papelão ondulado, saco plástico, isopor, fita adesiva, engradado de madeira, etiqueta etc.), entregando-os no local indicado pela Contratante.
- 6.4.4. Todas as providências, serviços e materiais necessários para embalar/acondicionar e desmontar/montar os bens a serem transportados serão inteiramente arcados pela Contratada.
- 6.5. A Contratada deverá providenciar, quando solicitado, o armazenamento/dépósito dos bens transportados por até vinte (20) dias, contados da chegada à cidade de destino, arcando com as todas as despesas.
- 6.5.1. A armazenagem superior a 20 (vinte) dias poderá ser objeto de acordo com a Contratada e constituirá ônus para o servidor.
- 6.6. Após o desembarque e a desembalagem da bagagem no domicílio de destino indicado pelo servidor, e após verificação do estado da bagagem, a Contratada deverá emitir recibo a ser assinado pelo servidor, com o "CERTIFICADO" da realização do serviço. Uma cópia desse recibo deve ser imediatamente enviada ao fiscal do contrato.
- 6.6.1. No caso de avarias ou extravio, total ou parcial, de bagagem ou de veículo, o "CERTIFICADO" deverá ser dado, acrescido do termo "EXISTÊNCIA DE AVARIA OU EXTRAVIO".
- 6.7. Durante toda a prestação do serviço deverão os empregados da Contratada estar devidamente uniformizados, dispo de trajes, acessórios, ferramentas e equipamentos compatíveis e imprescindíveis à perfeita execução do serviço, utilizando ainda equipamentos de proteção individual – EPI's quando necessários ou legalmente exigidos.
- 6.8. Serão adotados os seguintes prazos:
- 6.8.1. Os bens deverão ser entregues no local de destino nos seguintes prazos, contados a partir da data de retirada no local de origem:

DISTÂNCIA	PRAZO EM DIAS CORRIDOS
Até 500 km	02 (dois)
De 501 até 1000 km	04 (quatro)

De 1001 até 1500 km	06 (seis)
De 1501 até 2000 km	08 (oito)
De 2001 até 3000 km	15 (quinze)
Acima de 3001 km	20 (vinte)

6.8.2. A contagem dos prazos acima será suspensa quando da entrada dos bens transportados em armazenamento/depósito, conforme disposto no **item 6.5.** deste Termo de Referência, nos casos necessários, autorizados e contratualmente previstos, retomando a contagem inicial na data pactuada de saída dos bens do armazenamento/depósito, ou na data efetiva de saída, aquela que vier a ocorrer primeiro.

6.8.3. Os bens deverão ser retirados no local de origem e ser iniciado o serviço de transporte, concomitantemente, em até 5 (cinco) dias corridos da data da solicitação.

6.8.4. Os prazos são imprescindíveis para a satisfação do objetivo contratual, estando a Contratada passível de sanções no caso de descumprimento.

6.9. O cálculo do valor devido será precedido de verificação da distância entre as cidades de origem e destino e enquadramento na respectiva faixa de distâncias para constatação do valor unitário do metro cúbico transportado a ser utilizado no cálculo.

6.10. Obtido o valor unitário do metro cúbico transportado, dentro da respectiva faixa de distância, este será multiplicado pelo total de metros cúbicos transportados, conforme fórmula abaixo:

$$VDT = VM \times QM$$

**VDT** – Valor Devido Total: valor a ser pago à Contratada pela execução do serviço.

**VM** – Valor unitário do metro cúbico, conforme faixa de distâncias.

**QM** – Quantidade de metros cúbicos transportados.

6.11. Quanto ao aferimento das distâncias a serem percorridas, para fins de cálculo e pagamento do valor devido pelo serviço executado, serão observadas aquelas entre as cidades de origem e destino.

6.12. Para fins obtenção das distâncias entre as cidades será utilizado, sempre que possível, o Quadro de Distâncias Rodoviárias do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

6.13. Quando do transporte de mobiliário, bagagem, veículos e bens pessoais do servidor público, nos casos previstos na Legislação, a Contratante observará os limites para custeamento do transporte, por parte da Administração Pública, previsto no Decreto nº 4.004/01, ou outra norma que vier a substituí-lo.

6.13.1. A Contratante custeará o transporte de, no máximo, 33m³ (trinta e três metros cúbicos) para o servidor, sendo assim distribuídos: 12m³ (doze metros cúbicos) para servidor, 12m³ (doze metros cúbicos) para cônjuge ou companheiro e 3m³ (três metros cúbicos) para cada dependente, até no máximo três.

6.14. Nos casos em que o transporte de mobiliário, bagagem e bens pessoais do servidor público ultrapassar o limite de metros cúbicos fixado na Legislação para custeamento pela Contratante, a Contratada deverá cobrar tal excedente diretamente do servidor, **praticando os valores vigentes no contrato.**

6.15. Os quantitativos de metros cúbicos constituem mera estimativa de demanda. Poderão ser utilizadas quantidades inferiores ou superiores aos previstos por faixa de distância, preservado o valor total do contrato e à Contratada o valor unitário do metro cúbico devido por faixa de distância.

6.16. A cada demanda da Contratante, a Contratada deverá realizar a vistoria dos bens a serem transportados, a fim de encaminhar proposta, no prazo de 2 (dois) dias contados da solicitação. A proposta apresentada contemplará além da metragem, a distância do percurso, o valor do seguro, os locais de origem/destino e contatos da Contratada.

6.16.1. A Contratada utilizará essa vistoria para estimar e providenciar o material de embalagem em quantidade suficiente para realização dos serviços.

6.17. A apólice de seguro referente à mudança e transporte de bens ou veículos deverá ser entregue a Contratante ou conforme o caso, ao servidor, até o término dos serviços de embalagem dos itens a serem trasladados.

6.18. O preço cotado deverá incluir todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência, tais como: capatazia, armazenagem e manuseios, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, disponibilidade de equipamentos, pedágios, o seguro para os bens a serem transportados e tudo mais que possa influenciar direta ou indiretamente no custo, tanto na origem como no destino.

6.18.1. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.18.2. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução dos serviços será interpretada como não existente ou já incluída nos preços apresentados.

6.19. Quando do transporte de veículos, a Contratada cobrará somente a metragem cúbica deste bem, efetivamente, não cabendo cobrança de espaços vazios entre o limite superior destes e o teto da carreta.

6.20. Somente será admitida a prorrogação do prazo para a prestação do serviço quando verificada a ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo ser adotado o procedimento previsto no § 2º do citado dispositivo legal.

## 7. EMBALAGEM E ACONDICIONAMENTO DE BAGAGEM DE MUDANÇA

7.1. Na tabela abaixo, encontram-se as formas de acondicionamento e o tipo de embalagem recomendados por item de mudança.

TABELA 2			
Item	Tipo de Item	Tipo de Embalagem	Forma de Acondicionamento
1	Objetos Fios/Frágéis - louças, cristais, porcelanas, lustres etc.	Papel branco para embalagem HD, papel do tipo kraft e envoltos em papelão ondulado de face simples para copos e plástico polibolha grande nos demais.	Engradados de madeira sob medida ou caixas sob medida de papelão ondulado de parede dupla. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente.
2	Estátuas e objetos planos de mármore ou pedra, tampos de mesa, telas, quadros e espelhos.	Envoltos em papel branco para embalagem HD, papel do tipo kraft e em papelão ondulado de face simples ou plástico polibolha pequeno.	Engradados de madeira sob medida ou caixas sob medida de papelão ondulado de parede dupla. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente.
3	Vestuário em cabides - ternos,		Caixas de papelão ondulado de parede dupla com haste para cabides e desumidificadores de sílica gel.

	costumes e vestidos		
4	Vestuário dobrável	Forro de plástico ou papel do tipo kraft, com desumidificadores de sílica gel.	Caixas de papelão ondulado de parede dupla com desumidificadores de sílica gel.
5	Móveis - sofás, poltronas, guardas-roupas e objetos de grande porte.	Completamente envoltos com papel do tipo kraft e uma segunda camada de plástico polibolha pequeno.	Envoltos em papelão ondulado de face simples, com reforço de polibolha pequeno nas quinas e elementos de apoio.
6	Aparelhos Elétricos e Eletrônicos.	Envoltos em papel branco para embalagem HD, papel do tipo kraft e polibolha pequeno.	Caixas de papelão ondulado de parede dupla.
7	Móveis finos/frágeis como cristaleiras e armários, cômodas e penteadeiras com vidros.	Envoltos em papel do tipo kraft e plástico polibolha pequeno mais papelão ondulado de face simples.	Engradados de madeira sob medida com espumas para proteção das quinas ou molduras. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente
8	Tapetes, Estofados e Colchões	Papel do tipo kraft mais plástico polibolha	Dobrados, envoltos por papelão ondulado de face simples no caso de tapetes, e acondicionados com naftalina.
9	Livros e Discos		Caixas de papelão ondulado de parede dupla
10	Bebidas	Envoltos em papel branco para embalagem HD ou papel do tipo kraft.	Caixas de Papelão de parede dupla com separação em colmeias (NBR5985/1983 itens 2.2.4 e 2.2.5) ou envoltos papelão ondulado de face simples.
11	Itens que não se enquadram na relação acima		Caixas de papelão de parede dupla de tamanhos variados.

7.2. Todo o serviço de embalagem, seja quanto ao material empregado, seja quanto à forma de execução e acondicionamento dos itens seguirá as orientações e definições contidas nos seguintes documentos:

7.2.1. Nos termos da NBR 9198/85 – Embalagem e acondicionamento; nos termos da NBR 9477/86; nos termos da NBR 5980/04 – Embalagem de papelão ondulado – classificação; nos termos da NBR 5985/83 – Papelão ondulado e caixas de papelão ondulado; e

7.2.2. Norma Internacional de Medida Fitossanitária NIMF nº 15/2002 da FAO – Certificação Fitossanitária e Resumo Informativo da NIMF nº 15/2002, da FAO – Certificação Fitossanitária de Embalagens, Suportes e Material de Acomodação Confeccionados em Madeira.

7.3. As caixas de papelão utilizadas na embalagem terão como referência os estilos descritos na NBR5980/2004 da ABNT, conforme a seguir:

7.3.1. Estilos descritos no item 4.2.1 da referida Norma, referências 0201 a 0207, quando se tratar de embalagem para todo tipo de produto com exceção de roupas de vestuário;

7.3.2. O estilo descrito no item 4.2.2 da referida Norma, referências 0312 e 0313, quando se tratar de roupas de vestuário.

7.4. Todas as caixas empregadas na mudança deverão apresentar resistências conforme definidas nos itens 2.33 a 2.39 da NBR 5985/83, ao arrebentamento, compressão, esmagamento, impacto, perfuração, tombamento e vibração, adequados ao fim a que se destinam.

7.5. A selagem das caixas deverá ser feita com fita gomada, adesivo, grampos ou fitas autoadesivas.

7.6. Todo material de embalagem deverá ser novo, não ter sido previamente utilizado e deverá seguir as especificações contidas na Tabela de especificação de Materiais, a seguir.

TABELA 3		
Item	Material	Especificação
1	Caixas de Papelão uso geral, diversos tamanhos.	Papelão ondulado de parede dupla com espessura mínima de 4 mm (nos termos da NBR5985/1983 item 2.29), estilos NBR 5980/2004, item 4.2.1, referências 0201 a 0207.
2	Caixas de papelão de uso específico para roupeiros/cabideiros e objetos frágeis em tamanhos variados.	Papelão ondulado de parede dupla com espessura mínima de 4 mm (nos termos da NBR5985/1983 item 2.29), estilos NBR 5980/2004, item 4.2.2, referências 0312 e 0313.
3	Papelão ondulado	Papelão ondulado de face simples com espessura mínima de 3 mm (nos termos da NBR 5985/1983 item 2.28) diversas larguras.
4	Papel kraft	Bobinas ou fardos de papel kraft puro com larguras variáveis gramatura mínima de 80g/m <sup>2</sup>
5	Plástico polibolha “pequeno”	Plástico polibolha com bolhas de diâmetro mínimo de 8 mm e com espessura mínima de 4 mm e largura variável.
6	Plástico polibolha “grande”	Plástico polibolha com bolhas de diâmetro mínimo de 16 mm e com espessura mínima de 8 mm e largura variável.
7	Estruturas de papelão	Papelão ondulado de parede múltipla com espessura variável (nos termos da NBR 5985/1983 item 2.30).
8	Sílica gel	Sacos de Sílica Gel Dessecante (dióxido de silício) de tamanhos variados para prevenção de umidade, mofo e ferrugem.
9	Fita adesiva	Fita adesiva em papel marrom ou plástico transparente para empacotamento e fechamento de caixas e embalagens com larguras variáveis de 25 a 50 mm.
10	Fita gomada	Fita gomada em papel marrom para empacotamento e fechamento das caixas e embalagens com larguras variáveis de 25 a 50 mm.

## 8. DO SEGURO

8.1. A Contratada deverá apresentar, no ato da assinatura do Contrato, documento comprobatório de parceria com agente de seguro, devidamente autorizado pela Superintendência de Seguros Privados, que será utilizado na execução do serviço.

8.2. A taxa de seguro, incluída no preço total do transporte, deverá cobrir o valor declarado dos bens a serem transportados, até o limite previsto na legislação pertinente, correspondendo a 1% (um por cento) sobre o valor declarado dos bens a serem transportados.

8.3. O seguro deve abranger a carga, a descarga, o manuseio e o transporte.

8.4. O valor correspondente à parcela do seguro deverá estar contemplado no preço do metro cúbico apresentado na proposta comercial da Contratada.

8.5. A Contratada obriga-se a indenizar ou reparar todas e quaisquer avarias que porventura venham a se produzir na execução do objeto deste Termo de Referência, bem como sua perda ou furto, total ou parcial, durante a execução dos serviços ora estipulados. Esta indenização não dependerá do ressarcimento de danos causados por terceiros à Contratada.

8.6. Será de ônus da Contratante o pagamento do seguro, sendo este componente do valor do metro cúbico por faixa de quilometragem, até o limite disposto no item 6.14.1. deste Termo de Referência. Os valores superiores ao disposto neste item correrão por conta do servidor, mediante acordo deste com a Contratada, sem qualquer responsabilidade para a Contratante.

## 9. CÁLCULO PARA PAGAMENTO

9.1. Cálculo para pagamento será: volume x valor do m³.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do Órgão gerenciador tem como base as seguintes características:

10.1.1. Atender a regra legal no que concerne à remoção de servidores dentro do Território Nacional, realizando a remoção de bens dos mesmos, de acordo com a Lei 8112/90 e com o Decreto 4.004/01.

10.1.2. Realizar o transporte de diversos materiais de interesse da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo em todo território nacional.

10.1.3. O volume dos materiais transportados e a faixa de distância podem variar, diferenciando-se do previsto na Tabela 1 deste Termo de Referência. Neste caso, os quantitativos e as distâncias serão compensados entre si, preservando-se o valor total contratado.

## 11. DA VISTORIA

11.1. Não se aplica a este certame.

## 12. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

12.1. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato.

12.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

12.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

12.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

13.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do Órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

13.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN nº 05/2017.

13.7. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

13.8. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer (quaisquer) dano (s) provocado (s) a terceiro (s) em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

14.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o Órgão para a execução do serviço;

14.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

14.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

- 14.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 14.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 14.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 14.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 14.16. Indicar preposto para tratar dos assuntos relativos ao contrato, possibilitando o imediato atendimento das solicitações efetuadas pela Contratante;
- 14.17. Obedecer à melhor técnica vigente e enquadrar-se rigorosamente nos preceitos normativos da ABNT, quando da execução dos serviços.

## 15. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 15.1. A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos com a redução de desperdícios e menor poluição, tais como:
- 15.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- 15.1.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 15.1.3. Treinamento e capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição; e
- 15.1.4. Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

## 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto entre os limites mínimo e máximo de 10 % e 30 %, respectivamente, do valor total do contrato, na seguinte condição:
- 16.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 16.2. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;
- 16.3. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:
- 16.3.1. apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 16.3.2. substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 16.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 16.5. Não será aplicável a exigência de subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

## 17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 18. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 18.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 18.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 18.3.1 O servidor beneficiário deverá manifestar a conformidade - ou não conformidade - dos serviços valendo-se do formulário constante no anexo A desse termo de referência, para efeito de avaliação do disposto no subitem 19.1.
- 18.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017, quando for o caso.
- 18.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 18.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da IN nº 05/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

18.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 19. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO - ANS

19.1. Os indicadores que regerão os critérios para avaliação do ANS terão como base os graus relacionados na Tabela 4, a qual servirá como referência para a área administrativa.

TABELA 4 – Graus para avaliação do Acordo de Níveis de Serviço	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Advertência escrita
2	Glosa de 10% sobre o valor a ser pago no mês da ocorrência
3	Glosa de 20% sobre o valor a ser pago no mês da ocorrência
4	Glosa de 50% sobre o valor a ser pago no mês da ocorrência

19.2. As glosas nos pagamentos, a que se sujeita a Contratada, terão como referência a Tabela 5:

TABELA 5	
Descrição	Referência
Não atender às solicitações da Contratante quanto à prestação dos serviços demandados.	Por ocorrência
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, que sejam justificados e aceitos pela Contratante, os serviços demandados.	Por ocorrência
Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado.	Por ocorrência
Não observar os padrões de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade exigidos no Termo de Referência.	Por ocorrência

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

20.1.5. cometer fraude fiscal;

20.1.6. não manter a proposta.

20.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

20.2.2. multa moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte) dias**;

20.2.3. multa compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

20.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

20.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

20.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

20.3. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

20.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

20.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 21. AVALIAÇÃO DO CUSTO

21.1. O custo estimado global da contratação será de aproximadamente **R\$ 93.234,00 (Noventa e três mil, duzentos e trinta e quatro reais)**.

21.2. O custo estimado da contratação foi apurado mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisas de preços praticados no mercado.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos no contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Contratante, nem onera o objeto do contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante, em que esta não tenha dado causa.

22.2. Os valores e quantitativos expressos neste Termo de Referência constituem mera estimativa de gasto e utilização, podendo ocorrer, ao final do contrato, consumo inferior ao previsto.

## ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA

### AVALIAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO

NOME:

CARGO:

MATRÍCULA DPF:

DATA DO SERVIÇO:

Atribuir notas 1 (ruim), 2 (bom) ou 3 (excelente) para o serviço prestado

Pronto Atendimento às solicitações do cliente na prestação do serviço (anexar comprovante, em caso de ocorrência).	1	2	3
Observações:			
Suspensão do serviço sem justificativa plausível.	1	2	3
Observações:			
Não prestou informações solicitadas sobre o andamento do serviço, no prazo estipulado (anexar comprovante, em caso de ocorrência).	1	2	3
Observações:			
Observância dos padrões de segurança, qualidade e sustentabilidade exigidos contratualmente.	1	2	3
Observações:			



---

Assinatura do servidor



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DO NASCIMENTO, Agente Administrativo**, em 24/08/2018, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7956832** e o código CRC **C2050319**.

Referência: Processo nº 08335.005282/2018-07

SEI nº 7956832